



VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO
20 a 22/10/2004
Aracaju, Sergipe

**COMUNIDADES INDÍGENAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NOS
LAVRADOS DE RORAIMA**

Patricia da Costa¹; José Oscar Lustosa de Oliveira Júnior²; Moisés Mourão Júnior³

¹Bióloga, M.Sc. Ciência do Solo, Pesquisadora da Embrapa Roraima, BR 174 / km 08, – Distrito Industrial, CP 133, CEP 69301-970, Boa Vista – Roraima, OXX-95-626-7125, patricia@cpafrr.embrapa.br

²Engº Agrônomo, Dr. Pesquisador da Embrapa Meio Norte, Av Duque de Caxias, Nº 5650, Buenos Aires, CEP 64066-220, Teresina – Piauí. OXX-86-225-1141 Ramal 263, oscar@cpamn.embrapa.br

³Pesquisador da Embrapa Roraima, BR 174 / km 08, Distrito Industrial, CP 133, CEP 69301-970, Boa Vista, RR, (95) 626 7125, mmourao@cpafrr.embrapa.br

RESUMO

O conceito de desenvolvimento sustentável deve sempre objetivar a promoção do desenvolvimento assegurando condições dignas de vida para as gerações atuais, combatendo desigualdades sócio-econômicas, respeitando a diversidade cultural, mantendo os estoques de recursos naturais de modo a permitir que as gerações futuras também possam ter um padrão de vida igual ou superior ao nosso. Assim, a diversidade sócio-cultural deve não apenas ser respeitada, mas considerada como elemento definidor do modelo de desenvolvimento, o que implica na participação ativa de grupos antes marginalizados da sociedade em todas as esferas de planejamento governamental. Esta visão deve estar presente quando se imagina a promoção do desenvolvimento para o estado de Roraima, que tem como particularidade: a presença de uma população indígena representada por cerca de 31 mil indígenas, com cerca de 44% de sua área territorial como terras indígenas em diversos estágios de demarcação, boa parte destas localizadas em áreas de cerrado, bioma conhecido localmente como “lavrado”. Os povos indígenas que hoje vivem no lavrado em Roraima são agricultores, pescadores, caçadores e coletores, com um vasto conhecimento acumulado sobre o ambiente e sobre técnicas tradicionalmente utilizadas. Seus modos de produção vêm sofrendo mudanças, à medida que o contato com não-índios tem sido intensificado. Como resultado, verifica-se que seus modos de produção tradicionais não são mais capazes de atender todas as suas necessidades básicas e diversas modificações têm sido introduzidas, seja pelas próprias comunidades ou por instituições governamentais. Algumas destas modificações tem levado a perda de variedades tradicionais e levando consigo cantos, danças e outras tradições ligadas ao plantio, colheita e consumo de tais variedades, que vão sendo lentamente sepultadas. Este trabalho faz algumas considerações sobre: agricultura, pecuária, criação de pequenos animais, caça, pesca e coleta realizados pelas comunidades indígenas nos lavrados de Roraima. Procura-se apresentar resultados da aproximação entre associações representativas das comunidades indígenas e a Embrapa Roraima, através do Núcleo Temático de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Agricultura em Comunidades Indígenas (NTCI), entre os anos de 2000 e 2003. Faz-se também considerações sobre pressupostos que devem ser levados em consideração, quando se pretende desenvolver atividades de pesquisa ou de transferência de tecnologia em parceria com comunidades indígenas.

Palavras-chave: comunidades indígenas, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido atualmente define que este modelo de desenvolvimento deve satisfazer às necessidades da geração presente, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações (CMMAD, 1991). A princípio poder-se-ia imaginar que este conceito internaliza apenas as perspectivas econômica e ambiental do desenvolvimento. No entanto, não se deve perder de vista que este modelo deve sempre objetivar a promoção do desenvolvimento assegurando condições dignas de vida para as gerações atuais, combatendo desigualdades sócio-econômicas, respeitando a diversidade cultural, mantendo os estoques de recursos naturais de modo a permitir que as gerações futuras também possam ter um padrão de vida igual ou superior ao nosso (Kitamura, 1994). Verifica-se assim, que dentro deste conceito de desenvolvimento, a diversidade sócio-cultural deve não apenas ser respeitada, mas considerada como elemento definidor do modelo de desenvolvimento, o que implica na participação ativa de grupos antes marginalizados da sociedade em todas as esferas de planejamento governamental.

Esta visão deve estar sempre presente quando se imagina a promoção do desenvolvimento para o estado de Roraima, que tem como particularidade a presença de uma população indígena representada por cerca de 31 mil indígenas de 9 povos, a saber: Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Waiwai, Yanomami, Ye'kuana (Funai, 2004). Além disto, atualmente cerca de 44% do território do Estado constitui-se de terras indígenas em diversos estágios de demarcação (Haron Xaud, comunicação pessoal), boa parte destas localizadas em áreas de cerrado, conhecido localmente como "lavrado".

Os povos indígenas que hoje vivem em áreas de lavrado em Roraima são agricultores, pescadores, caçadores e coletores, com um vasto conhecimento acumulado sobre o ambiente e sobre técnicas tradicionalmente utilizadas (Costa et al., 2004). Seus modos de produção vêm sofrendo mudanças à medida que o contato com não-índios tem sido intensificado. Além disto, as comunidades deixaram o nomadismo e se fixaram no entorno de instituições, como igrejas, escolas, centros de assistência médica, etc. Como resultado, verifica-se que seus modos de produção tradicionais não são mais capazes de atender todas as necessidades básicas das populações indígenas em crescimento, e diversas modificações têm sido introduzidas, seja pelas próprias comunidades ou por instituições governamentais (Weiduschat, 1998).

No passado recente houve várias iniciativas governamentais que tentaram inserir modificações nos sistemas de produção tradicionais das comunidades indígenas, todas, infelizmente, casuísticas e sem continuidade, o que gerou descrença entre os indígenas. Dentre as iniciativas governamentais não se pode deixar de citar o caso do "Projeto Tipiti" (1997), cujo lema "*produzindo alimentos junto com as comunidades indígenas*" demonstra claramente a visão de que os índios devem ser "incluídos" na economia de mercado, como forma de assegurar o desenvolvimento (econômico) do Estado e a oferta de produtos para consumo das vilas e cidades. O projeto fornecia tratores, sementes e adubos às comunidades, que iniciavam o plantio mecanizado com arroz, seguido de milho e feijão em plantios solteiros ou consorciados. Em visita realizada à comunidade Campo Alegre, localizada na Terra Indígena São Marcos, em 30 de novembro de 2003, nos foi relatado que com este projeto a comunidade preparou o equivalente a 0,5 hectare com a cultura do arroz, obtendo uma produção de apenas oito sacos, ou cerca de 480 kg, quando o esperado seria uma produção 5 vezes maior. Entre os problemas identificados pelos indígenas, pode-se citar o atraso no envio de sementes e a falta de acompanhamento técnico.

Deve-se destacar que muitos programas governamentais forneceram sementes híbridas, principalmente de milho, o que tem levado a perda de variedades tradicionais (Ozélio Isidoro Messias – Técnico Agrícola da Embrapa Roraima, Indígena; comunicação pessoal; Figura 2). Pode-se supor que, juntamente com a perda das variedades tradicionais, cantos, danças e outras tradições ligadas ao plantio, colheita e consumo de tais variedades vão sendo lentamente sepultadas.



Figura 1. Variedade tradicional de milho conservada sob o fogão a lenha, na comunidade indígena Lago Grande, Terra Indígena São Marcos (foto: Patricia da Costa).

Além disto, verifica-se que existe na grande maioria das comunidades a idéia de que a agricultura mecanizada, praticada pelo não-índio é "melhor" do que o modo de produção tradicional indígena: *"a tecnologia vem do branco, não vem do índio"* (Embrapa Roraima, 2003). O trator é visto como única alternativa de produção viável para as comunidades, que passaram mesmo a vender rezes para pagar pelo aluguel de tratores. Observa-se também que o trabalho comunitário tem desaparecido lentamente.

A seguir, faremos algumas considerações sobre: agricultura, pecuária, criação de pequenos animais, caça, pesca e coleta em comunidades indígenas, onde parte das observações apresentada é resultado de entrevistas conduzidas nas Comunidades Indígenas: Lago Grande, Milho, Campo Alegre e Ilha, da Terra Indígena São Marcos, entre os dias: 27 e 30 de novembro de 2003.

AGRICULTURA

A agricultura de subsistência baseada na derruba e queima é praticada pelas comunidades indígenas principalmente em áreas de mata (ilhas de mata nas planícies, matas de encosta ou ainda em áreas de mata ciliar; Fig. 2). O fogo é a principal ferramenta utilizada para a abertura de novas áreas e o tempo de pousio cada vez menor das capoeiras tem levado a degradação dos solos e a uma redução da produtividade. As roças podem ser comunitárias ou

individuais e os principais produtos são: mandioca, milho, melancia, abóbora, feijão caupi, cará, batata-doce, pimenta (Embrapa Roraima, 2003; Fig. 3). Estes são considerados hoje como produtos tradicionais, embora uma parte tenha sido introduzida juntamente com o contato com imigrantes nordestinos, a partir de 1877 (Almeida/Mourão, 1976 apud CIDR, 1989). Com a mandioca, faz-se farinha e beiju, cujos excedentes podem ser trocados entre comunidades ou vendidos em feiras na cidade; além de bebidas como o caxiri e o pajuarú. Deve-se destacar que em geral os plantios são consorciados, mas também se pratica a monocultura.

As comunidades são depositárias de uma enorme diversidade genética de materiais cultivados e são capazes de reconhecer variedades, atribuindo a estas diferentes formas de usos. Um exemplo disto são as variedades de mandioca preservadas pelas comunidades, que reconhecem variedades mais adequadas para a retirada de goma ou para a elaboração do caxiri, entre outras.

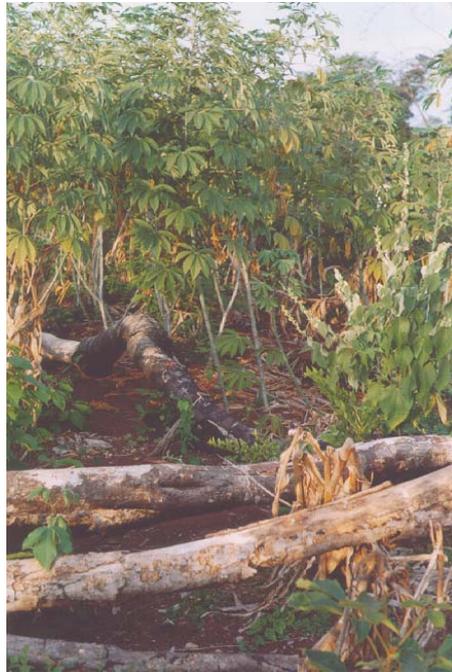


Figura 2. Roça de mandioca em ilha de mata aberta segundo o sistema de derruba e queima na Comunidade Lago Grande, Terra Indígena São Marcos (fotos: Patrícia da Costa).

Algumas comunidades produzem hortaliças tanto para subsistência, quanto para venda. Mais uma vez esta não era uma atividade tradicional e resulta do contato com não-índios que foram desintrusados de terras indígenas, notadamente da São Marcos, deixando estruturas para o cultivo protegido (Embrapa Roraima, 2003).

Os indígenas não usavam plantar fruteiras, apenas coletavam para consumo frutos de espécies nativas nas áreas de lavrado e nas matas próximas. Atualmente vê-se no entorno das comunidades um grande número de fruteiras, entre as quais destacam-se: mangueiras, limoeiros, bananeiras e mamoeiros, entre outras formando verdadeiros pomares-caseiros (Weiduschat, 1998). Todas estas fruteiras foram adotadas pelos indígenas a partir do contato com não-índios ou através

da troca entre comunidades (Weiduschat, 1998) e hoje estes pomares têm grande relevância para a segurança alimentar das comunidades.



Figura 2. Exposição de produtos agrícolas produzidos na Comunidade Lago Grande, Terra Indígena São Marcos (fotos: Patricia da Costa).

PECUÁRIA E CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

A pecuária bovina iniciou-se em áreas de lavrado a partir da sugestão de Lobo D'Almada, em 1787 (CIDR, 1989). Desde então, as comunidades indígenas têm entrado em contato com o gado, seja através da ocupação de seu território, onde a presença do gado era usada como indicativo da propriedade da terra (cerca com chifres), ou através do emprego de mão-de-obra indígena, como peões ou vaqueiros das fazendas (CIDR, 1990). Hoje, estima-se que as comunidades indígenas possuem em torno de 41.000 cabeças de gado (Embrapa Roraima, 2003) de diversas origens, tendo sido doados através de programas governamentais ou não-governamentais ou ainda adquiridos pelas comunidades ou por núcleos familiares. Normalmente os animais são mantidos em retiros afastados das comunidades onde são criados de forma extensiva nas pastagens nativas. Poucas são as comunidades que fornecem sal mineral ou alguma complementação alimentar (Fig. 4) e realizam controle fitossanitário.

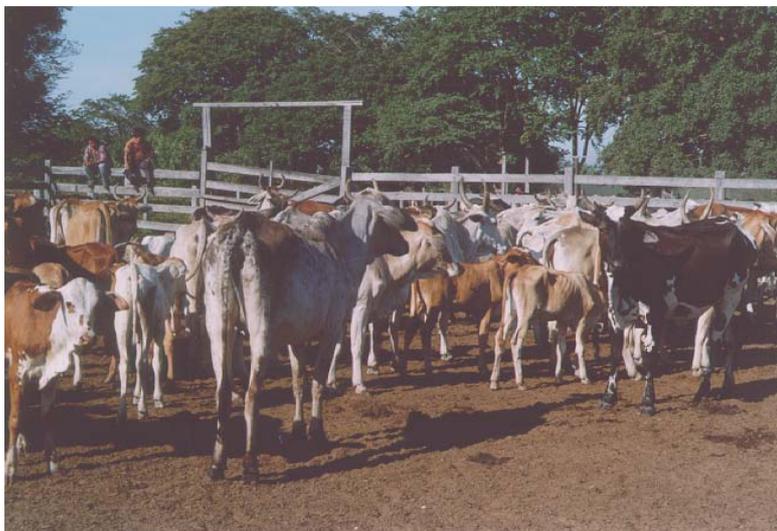


Figura 4. Rebanho bovino no curral da Fazenda Maruwai, Terra Indígena São Marcos (foto: Patricia da Costa).

Aves, suínos, caprinos e ovinos também são criados por muitas comunidades de forma não sistemática, visando principalmente à subsistência das unidades familiares. Algumas vezes estes animais podem ser utilizados em relações de troca, compra e venda dentro das comunidades, entre diferentes comunidades ou ainda com não-indígenas (Embrapa Roraima, 2003). Não é realizado nenhum tipo de manejo alimentar, nem tão pouco são fornecidos quaisquer outros insumos externos.

CAÇA E PESCA

A caça de veados, tatus e capivaras e o pescado são as principais fontes de proteína para os indígenas. Entretanto, tem sido relatada a escassez crescente de caça e pescado, resultado de atividades predatórias de índios e não-índios. Como alternativa, os indígenas identificam a necessidade do estabelecimento de criações de animais silvestres e a instalação de tanques de piscicultura, o que tem sido solicitado às instituições governamentais e não-governamentais (Embrapa Roraima, 2003). Tais alternativas já estão sendo implementadas em algumas comunidades, como por exemplo, na comunidade de Água Fria, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa de Roraima – SEBRAE-RR. Sem dúvida estas iniciativas podem contribuir para a segurança alimentar das comunidades, mas poderão em contrapartida, contribuir para o fim de práticas tradicionais associadas à caçada. Neste caso, como alternativa têm-se o manejo da caça, que poderia ser realizado em parceria com instituições como IBAMA e a Universidade Federal de Roraima, onde, a partir de estudos sobre a biologia destes animais, seriam propostas medidas para garantir a manutenção de níveis populacionais ótimos.

COLETA

Os povos indígenas relacionam-se de maneira sustentável com a biodiversidade animal e vegetal há séculos, utilizando-a para diferentes fins, como: na alimentação; na elaboração de vestimentas e em adornos; na construção de suas casas, de artefatos usados na caçada, na pesca e em outras atividades produtivas, bem como em rituais e para cura, entre outros (Embrapa Roraima,

2003). Assim, têm elaborado um universo complexo de conhecimentos integrados sobre técnicas de uso e manejo desta.

Na região do lavrado, os indígenas coletam frutos (buriti, tucumã, mirixi ou murici, taperebá, jenipapo, tachi, ingá, cabeça-de-macaco, araçá, caçari, etc.), mel e insetos que são usados na alimentação (Embrapa Roraima, 2003).

Também usam madeira, cipós, cascas de árvores e a palha do buriti para a construção de suas casas. As fibras de arumã, a palha do buriti e o cipó-titica são usados na cestaria, para confecção de jamanxi, tipiti, peneiras. A fibra do curuá e de algodão são usadas para fazer redes e tipóias. Como corantes naturais os indígenas usam tradicionalmente o jenipapo, urucum, mirixi, araçá e outras espécies. Diversas sementes juntamente com a palha do buriti são usadas na confecção de colares e de outros adornos. Os índios fabricam ainda potes e panelas com o barro (Embrapa Roraima, 2003).

Um grande número de espécies de plantas e animais é utilizado na medicina popular indígena e, apesar do valor do conhecimento acumulado sobre estes produtos, poucas comunidades vêm usando tal conhecimento como fonte para geração de renda (Embrapa Roraima, 2003). A extração sustentável do óleo de copaíba (Fig. 4), espécie presente em áreas de mata ciliar, destaca-se como uma alternativa capaz de, em futuro próximo, contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.



Figura 4. Copaíba encontrada nas várzeas do rio Surumu, Terra Indígena São Marcos; e a extração de seu óleo (fotos: Patricia da Costa).

EMBRAPA RORAIMA E AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Desde sua transformação em centro de pesquisa, em 1992, a Embrapa Roraima vem buscando uma maior aproximação com as comunidades indígenas, identificadas como um dos principais clientes do Estado.

Diversas ações vinham sendo conduzidas de forma isolada por alguns pesquisadores, sem um comprometimento maior da instituição como um todo. Alguns projetos em parceria com comunidades indígenas foram encaminhados, sem sucesso, a fontes financiadoras externas ao Sistema Embrapa. Unidades Demonstrativas e de Observação foram utilizadas objetivando principalmente transferir tecnologias para comunidades indígenas que primassem pela busca de sua segurança alimentar.

Entre os anos de 2000 e 2003, com a elaboração do Segundo Plano Diretor da Embrapa Roraima, as demandas levantadas por diversas comunidades indígenas foram agrupadas em um Núcleo Temático, denominado Núcleo Temático de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Agricultura em Comunidades Indígenas (NTCI).

Objetivando identificar as principais demandas das comunidades indígenas de Roraima, foi realizado no ano de 2002, o evento: “AJURI – Workshop sobre o Agronegócio para o Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis das Comunidades Indígenas de Roraima”, que contou com a participação de representantes de diversas comunidades indígenas, organizações não governamentais e órgãos de diversas esferas de governo. Usando-se a metodologia de trabalhos em grupo foram levantadas as demandas para: produção vegetal; produção animal; produção florestal; e uso e conservação de produtos e subprodutos da biodiversidade, em comunidades indígenas (Embrapa Roraima, 2003). O evento contribuiu também para o levantamento de cenários e estabelecimento do referencial de trabalho do NTCI, inserido no II Plano Diretor da Embrapa Roraima (Embrapa Roraima, 2002), que era:

“Apoio às comunidades e reservas indígenas, notadamente aquelas localizadas nas áreas de lavrado (savanas amazônicas), buscando formas alternativas de uso dos recursos naturais, compatíveis com suas tradições, culturas e aspirações. A Embrapa Roraima buscará desenvolver ou adaptar tecnologias para promover a melhoria da qualidade de vida de seus membros o resgate de sua cidadania e seu desenvolvimento sócio-econômico”.

Neste contexto, a Embrapa Roraima, através do NTCI, buscou atender algumas demandas das comunidades indígenas através de associações representativas das mesmas. Entre as primeiras ações pode-se destacar a implantação de Unidades Demonstrativas (UD), entre as quais pode-se destacar o trabalho conduzido com feijão caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp), nas Comunidades da Anta (município de Alto Alegre), Comunidade São Jorge (município de Pacaraima) e Comunidade Maracanã (município de Uiramutã), como parte do programa de Pós-Melhoramento da Embrapa Roraima com a cultura do feijão caupi. Este projeto vem sendo conduzido desde 1998, com o desenvolvimento de atividades que visam a avaliação de linhagens/cultivares nas ecoregiões de Cerrado (savana) e Mata de Transição no Estado de Roraima.

Para a UD instalada na Comunidade Indígena São Jorge, conduzida durante o período de julho a outubro de 2003, sob sistema de produção em sequeiro, com a cultivar BRS – Mazagão, que foi recomendada para plantio no ecossistema de Cerrado, no Estado de Roraima, objetivava-se além de difundir e apresentar esta cultivar de feijão caupi para as comunidades indígenas do Estado; estreitar o relacionamento, incrementando a difusão de tecnologia e ações de pesquisa com estas comunidades. Este material apresenta porte semi-ereto e hábito determinado, com potencial de produção e produtividade superiores aos materiais com estas características atualmente utilizados para cultivo no Estado dentro das comunidades. A cultivar BRS – Mazagão apresentou desempenho satisfatório para as características agrônômicas de produção e produtividade, sendo superior aos materiais plantados nas comunidades indígenas. O porte ereto, o hábito determinado, com a maturação de aproximadamente 90 % das vagens no período de colheita, e a posição das vagens na parte superior da copa, surpreenderam os indígenas que realizaram a colheita manual. A cultivar apresentou uma produção estimada em 0,7 tonelada, totalizando uma produtividade média de grãos de até 1.350 kg/ha, já limpo e ensacados.

Também foram instaladas Unidades de Observação que consistiram de ensaios de competição de cultivares de mandioca participativos, contando com materiais da Embrapa e das próprias comunidades (São Jorge e Contão, município de Pacaraima; Maracanã, município de Uiramutã).

Algumas propostas de projetos de pesquisa foram levantadas pelas comunidades, envolvendo pequenos projetos produtivos, com módulos de agricultura, agrossilvicultura e criação

animal. Tais módulos seriam estabelecidos em algumas comunidades como projetos demonstrativos, atendendo aos seus anseios e a suas potencialidades, buscando contribuir não só a geração de renda, como também para sua segurança alimentar.

Em 2004 o NTCl foi desvinculado da área de pesquisa e suas atividades foram redirecionadas para a transferência de tecnologias. Assim, foram assinados contratos de cooperação técnica entre a Embrapa Roraima e duas associações de comunidades indígenas – *Associação dos Povos Indígenas de Roraima* (APIRR) e *Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima* (SODIURR), para a transferência de tecnologias através de Unidades Demonstrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento de atividades de pesquisa ou de transferência de tecnologia em comunidades indígenas deve-se levar em consideração que os povos indígenas são agricultores, pescadores, caçadores e coletores que possuem um vasto conhecimento acumulado sobre o ambiente e sobre técnicas tradicionalmente utilizadas (Costa et al., 2004). Qualquer intervenção em uma comunidade indígena deve primeiramente procurar entender este conhecimento, ao invés de simplesmente apresentar inovações tecnológicas e novas variedades. A pesquisa tecnológica deve procurar suprir as carências e dificuldades do conhecimento tradicional, na construção de um conhecimento híbrido que alie estes dois tipos de conhecimento.

A Embrapa Roraima deve participar buscando contribuir para geração e oferta de soluções tecnológicas para produção agrícola sustentável, que contribuam para o resgate de tradições dos diferentes povos indígenas e segurança alimentar de suas populações. As ações devem ser compartilhadas e desenvolvidas por uma série de diferentes instituições em parceria com associações indígenas, através de projetos integrados onde se busque a complementaridade de esforços. Adicionalmente, todas estas atividades devem estar sempre pautadas em demandas levantadas pelas próprias comunidades, que devem integrar e participar de todas as etapas do processo.

BIBLIOGRAFIA

CIDR – CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA. **Índios de Roraima** – Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. Coleção Histórico-antropológica no 1. Boa Vista, RR, 1989. 106p.

CIDR – CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA. **Índios e Brancos em Roraima**. Coleção Histórico-antropológica no 2. Boa Vista, RR, 1990. 85p.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

COSTA, P. da; LUZ, F. J. F.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. O. L. de; SÁ, S.P.P.; SCHWENGBER, D. R.; XAUD, H. A pesquisa com comunidades indígenas na Embrapa Roraima através do Núcleo Temático de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Agricultura em Comunidades Indígenas (NTCl): segurança alimentar, conservação e uso de recursos genéticos. In: **Seminário Nacional Degradação e Recuperação Ambiental - Perspectiva Social**. Foz do Iguaçu: Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas. 2004. (no prelo).

EMBRAPA RORAIMA. **II Plano Diretor – Embrapa Roraima – 2000-2003**. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2002. 35p. (Embrapa Roraima. Série Documentos, 4).

EMBRAPA RORAIMA. **Workshop sobre Agronegócio para o Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis das Comunidades Indígenas de Roraima**. Boa Vista: Embrapa Roraima. Síntese dos Trabalhos, 2003. 56 p. (Embrapa Roraima. Série Documentos, 5)

FUNAI – Fundação Nacional do Índio – **Índios do Brasil**. Disponível em: <www.funai.gov.br/mapas/etnia/etn_rr.htm>. Acesso em: 01 de mai. 2004.

KITAMURA, P. C. **Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Embrapa – SPI, 1994. 182 p.

WEIDUSCHAT, A. A. **Elementos de ecologia e etnobotânica de *Anacardium occidentale* L. (Anacardiaceae) na área indígena Raposa Serra do Sol, Roraima – Brasil**. Manaus, AM : INPA/UA, 1998. 108 p. Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Universidade do Amazonas, 1998.